

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Miqueias Gamaliel Andrade

Tobias da Silva Lino

RESENHA DO ARTIGO “POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA  
LITERATURA” DE CELINA SOUZA

TAUBATÉ-SP

2023

As políticas públicas surgiram como resultado de um processo socioeconômico influenciado pela decorrência de fatores históricos, como a Guerra Fria, graças a interdisciplinaridade entre a própria política pública, a política, a sociedade política e as instituições onde as políticas públicas são criadas, analisadas e implementadas. Se inicia como disciplina acadêmica nos EUA, porém com foco na ação dos governos e não somente no estudo sobre o Estado, rompendo com a tradição europeia que focalizava nas teorias sobre o papel do Estado e do governo. As políticas públicas passam a ser um ramo que busca compreender como e por que os governos escolhem agir de determinada forma.

Muitos são os autores que tratam sobre esse assunto, mas quatro são considerados fundadores da área de políticas públicas: H. Laswell (*análise de política pública* como forma de combinar a atuação do governo com o conhecimento científico), H. Simon (*racionalidade limitada dos decisores públicos*, definindo que as decisões públicas são sempre limitadas por problemas internos e externos, porém podendo ser maximizada para atender aos resultados desejados), C. Lindblom (políticas públicas também devem incorporar outros elementos, além da racionalidade, como as eleições, partidos, burocracia, etc.) e D. Easton (políticas públicas são um sistema, influenciadas pelos partidos, grupos de interesse e pela mídia, afetando seus resultados).

A definição de política pública varia entre diversos autores, em suma, podemos definir como um campo de conhecimento que visa colocar o governo em ação e analisar essa ação e, quando necessário, alterar o rumo ou o curso dessas decisões. Uma teoria da política pública, por ser multidisciplinar, também envolve outras teorias da sociologia, economia e ciência política, pois também precisa explicar as relações entre sociedade, política, economia e Estado. Nesse sentido, o estudo dessas relações parte do ponto de vista de que o Estado possui uma “autonomia relativa” - tendo seu espaço de atuação, porém podendo sofrer influências externas e internas - que gera oportunidades para grupos de interesse ou movimentos sociais se envolverem na formulação de políticas públicas (com mais ou menos intensidade, conforme o tipo de política), o que pode variar de acordo com o momento histórico e outros demais fatores. Essa área traz a visão holística de toda uma sociedade, reconhecendo que a soma das partes é menos importante que o todo, mas sem ignorar que fatores como os indivíduos, a ideologia ou instituições também contam. É importante compreender que, por ser um processo complexo, é necessária uma análise profunda sobre os efeitos da implementação de políticas públicas em toda a sociedade, visando identificar possíveis grupos injustamente menos favorecidos e evitar políticas públicas maléficas.

Diversos modelos de formulação e análise de políticas públicas são apresentados, contudo, seus métodos e segmentos se enquadram em diferentes situações e podem ser analisados sob diversas perspectivas, contudo, cabe salientar alguns de seus aspectos mais imponentes. O modelo de Arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos, sendo necessário que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito, utilizando três mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas: divulgação dos indicadores que mostrem a dimensão do problema, desastres ou repetição continuada do problema e feedback ou dados das falhas na política atual.

A teoria neo-institucionalista expõe que não são só os indivíduos e grupos sociais que tem força relevante influenciam políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições. As contribuições dessa teoria são extremamente importantes pois o embate pelo poder e por recursos entre grupos da sociedade é parte essencial da formulação de políticas públicas.

Em conclusão, as políticas públicas são um processo necessário na atual sociedade, pois implementam ações que visam atender as necessidades populacionais, mas acima disso, garantir direitos instituídos pela Constituição. Em um mundo ideal todos já nasceriam com seus direitos garantidos por lei, contudo, os Direitos são adquiridos através das lutas. Além das necessidades básicas, as políticas públicas fornecem uma possibilidade de diminuição da desigualdade e fornecem uma oportunidade de corrigir problemas estruturais do país. É preciso que as políticas públicas sejam democráticas, bem planejadas e efetivas, de modo a satisfazer a principais necessidades de classes marginalizadas, para que o mínimo e básico seja conquistado, pois a omissão do governo também é uma forma de política pública.